



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

**Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Contábeis**

Paulo Antônio Pereira

**IMPLANTAÇÃO DE CONTROLE ATIVO IMOBILIZADO:
Adequação às Novas Leis Contábeis**

**Belo Horizonte
2012**

Paulo Antônio Pereira

**IMPLANTAÇÃO DE CONTROLE ATIVO IMOBILIZADO:
Adequação às Novas Leis Contábeis**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Gilberto Galinkin

Área: Contabilidade Geral

**Belo Horizonte
2012**

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS

Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais

Curso de Ciências Contábeis

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Ciências Contábeis do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Ciências Contábeis.

**IMPLANTAÇÃO DE CONTROLE ATIVO IMOBILIZADO:
Adequação às Novas Leis Contábeis**

RESUMO DAS AVALIAÇÕES:

- | | |
|----------------------------|-------|
| 1. Do professor orientador | _____ |
| 2. Da apresentação oral | _____ |
| 3. Nota final | _____ |
| Conceito | _____ |

Dedico este trabalho aos meus familiares, pelo apoio incondicional aos meus esforços para conclusão desta pesquisa.

AGRADECIMENTOS

A minha gratidão a todos que direta ou indiretamente contribuiu para o sucesso do término desta pesquisa, com carinho especial:

Ao Professor Gilberto Galinkin, pela orientação, pelo suporte e paciência necessária para os pontos de repasse de conhecimento.

Aos meus companheiros nas diversas classes que participei, pelo apoio e contribuição e troca de experiências profissionais e acadêmicas.

À empresa Serabi Mineração S.A., pelo apoio geral na conclusão do curso, me proporcionando de forma incondicional o acesso à esta qualificação.

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma proposta de pesquisa explorando os impactos das novas legislações contábeis, divulgadas a partir das alterações da lei 6.404/76 pelas leis 11.638/2007 e 11.941/2009, associados ao avanço do processo de convergência das normas brasileiras praticadas no Brasil com aquelas praticadas internacionalmente, a partir de análise dos pronunciamentos contábeis, elaborados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e seus componentes, tendo como ponto de análise especificamente os controles de ativo imobilizado da entidade objeto deste estudo. Neste sentido elaboraremos simulações práticas de teste de cálculos inerentes à variação dos bens do ativo imobilizado, posteriormente, serão elaborados manuais de procedimentos com a finalidade sugerir um tratamento adequado aos controles internos dos bens referenciados. Visando a utilização atualizada da boa técnica contábil para a clareza da evolução dos investimentos da entidade envolvida nos estudos da pesquisa, e proporcionar a segurança dos ativos utilizados neste ambiente proposto.

Palavras-chave: Ativo Imobilizado. Pronunciamento Contábil. Controle.

ABSTRACT

This paper presents a research proposal exploring the impact of new accounting laws, released from the changes of the law 6.404/76 laws 11.638/2007 and 11.941/2009, associated with the progress of the convergence of Brazilian standards practiced in Brazil those practiced internationally, from analysis of accounting pronouncements, prepared by the accounting Pronouncements Committee and its components, taking as a point of analysis specifically controls the fixed assets of the entity object of this study. In this sense elaborate practical simulations of test calculations inherent variation of fixed assets will later be drafted procedures manuals in order to suggest appropriate treatment to the internal controls of the referenced assets. Aiming to use good technique book updated for clarity of the evolution of the investment entity involved in research studies, and provide the security of assets used in the proposed environment.

Keywords: Fixed Assets. Accounting Pronouncements. Control.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
1.1 Formulação do Problema.....	10
1.2 Metodologia da Pesquisa.....	12
1.3 Estrutura do trabalho.....	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
2.1 Controle de Ativo Imobilizado.....	17
2.2.1 <i>Necessidades e dificuldades operacionais.....</i>	<i>17</i>
2.2.2 <i>Definições de Ativo Imobilizado.....</i>	<i>19</i>
2.2.3 <i>Estrutura de Controle.....</i>	<i>21</i>
2.2.3.1 <u>Premissas para um bom controle interno do imobilizado.....</u>	<i>21</i>
2.2.3.2 <u>Pontos fortes e benefícios do controle patrimonial.....</u>	<i>22</i>
2.2.4 <i>Revisão da Vida Útil dos Bens do Ativo Imobilizado.....</i>	<i>23</i>
2.2.5 <i>Impairment (testes de recuperabilidade).....</i>	<i>26</i>
3 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA.....	28
4 MODELO DE IMPLANTAÇÃO DO CONTROLE IMOBILIZADO.....	30
4.1 Cenário Atual.....	30
4.1.1 <i>Unidade Geradora de Caixa – Britagem.....</i>	<i>31</i>
4.1.2 <i>Cálculo da Depreciação Acumulada.....</i>	<i>32</i>
4.2 Novo Cenário.....	33
4.2.1 <i>Adequações Propostas.....</i>	<i>34</i>
4.2.2.1 <u>Manual de Controle e Procedimentos e Controle Informatizado.....</u>	<i>34</i>
4.2.2.2 <u>Revisão de Vida Útil e Cálculos de Depreciação.....</u>	<i>35</i>
4.2.2.3 <u>Teste de Recuperabilidade.....</u>	<i>36</i>
4.2.2.4 <u>Impacto nas demonstrações contábeis.....</u>	<i>38</i>
5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.....	39
6 REFERÊNCIAS.....	40
7 ANEXOS.....	41

LISTA DE FIGURAS

FLUXOGRAMA 1 – Funcionamento da Britagem.....	31
---	----

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Unidade de Britagem.....	32
QUADRO 2 – Cálculos de depreciação sistema Britagem.....	33
QUADRO 3 – Novos Cálculos Comparativos Depreciação.....	35
QUADRO 4 – Cálculos do Teste de Recuperabilidade.....	37
QUADRO 5 – Impacto Cálculos Balanço Contábil.....	38

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRASCA - Associação Brasileira das Companhias Abertas
AIM – Alternative Investments Market
APIMECNACIONAL - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo
CFC - Conselho Regional de Contabilidade
CPC – Comitê de pronunciamento Contábil
CVM – Comissão de Valores Mobiliários
FIPECAFI - Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras
IASB - International Accounting standards Board
IASC - International Accounting Standards Committee
IBRACOM – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IFRS - International Financial Reporting Standard
RIR – Regulamento do Imposto de Renda

1 INTRODUÇÃO

1.2 Formulação do Problema

A temática deste estudo apresentou um cenário prático, e se desenvolveu em torno do assunto ativo imobilizado, e as principais adequações que serão necessárias para as pessoas jurídicas adotarem as recentes alterações na lei das sociedades anônimas, considerando a gradativa absorção da contabilidade brasileira à contabilidade internacional, foram considerados os resultados contábeis e fiscais, as dificuldades de implantação e os melhoramentos dos controles físicos e informatizado dos bens corpóreos adquiridos no âmbito empresarial operacional.

Assunto discutido amplamente na esfera global, a harmonização mundial das leis contábeis, teve seu marco na criação na década de 70 do *IASC (International Accounting Standards Committee)*, o comitê de pronunciamentos contábeis internacional. A criação deste órgão se deu por deliberações de entidades contábeis de vários países, dentre os quais não se encontrava o Brasil, evoluindo nos anos 2000 para o *IASB (International Accounting standards Board)*, proporcionando uma nova dinâmica para obtenção técnica na emissão dos pronunciamentos contábeis internacional, nomeados a partir deste evento de *International Financial Reporting Standard (IFRS)*.

Conforme publicado pela Equipe CPCON (2008):

O primeiro bloco de países a adotar as normas da IFRS para normatizar os procedimentos de gestão patrimonial foram os países da União Europeia (zona do Euro). A padronização dos procedimentos de controle patrimonial inclusive foi uma das premissas discutidas na criação da União Europeia. As normas IFRS foram adotadas oficialmente nos países da zona do Euro no dia 31 de Dezembro de 2005, no entanto desde 1º de Janeiro de 2005 todas as empresas europeias foram obrigadas a adotar as normas IFRS para poderem publicar suas demonstrações financeiras consolidadas.

O cenário de convergência se oficializou no Brasil também nos meados da década de 2000, com a criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC, que englobam as entidades a seguir: ABRASCA-Associação Brasileira das Companhias Abertas, FIPECAFI-Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, CFC-Conselho Regional de Contabilidade, BOVESPA-Bolsa de Valores de São Paulo, e APIMECNACIONAL-Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais.

Com dinâmica própria, o Comitê de Pronunciamento Contábeis-CPC, emitiu para convergência das leis contábeis, pronunciamentos, interpretações, e orientações, proporcionando aos profissionais de contabilidade o suporte necessário para a aplicação das regras internacionais, aproximando a boa técnica brasileira à mundial, facilitando a leitura globalizada das informações relevantes contidas nos demonstrativos e relatórios financeiros das entidades empresariais.

O CPC (BRASIL, 2008, p. 3), e seus órgãos de composição, destacam que:

Nos últimos anos, a Contabilidade brasileira tem conquistado perante a sociedade o reconhecimento que sempre mereceu. Em 2010, a sanção da Lei n.º 12.249 concedeu ao CFC algumas prerrogativas, entre elas, a de editar Normas Brasileiras de Contabilidade. (...) Os Pronunciamentos Técnicos e as Interpretações e Orientações Técnicas que compõem a presente edição representam o resultado do esforço despendido pelo CPC no processo de convergência das normas brasileiras ao padrão internacional. Ressalte-se que todos os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC são submetidos a audiências públicas, o mesmo ocorrendo com as Interpretações e Orientações, sempre que esse procedimento for julgado conveniente e indispensável.

Neste cenário evolutivo foram introduzidas, a partir da publicação das leis 11.638/2007 e 11.941/2009, relevantes alterações promovidas pelas referidos instrumentos legais, que impactaram, entre outras rotinas, nos controles de ativos imobilizados das sociedades empresariais brasileiras. Nesta pesquisa abordamos temas que em função das mudanças citadas nos referidos normativos, afetaram os critérios de mensuração e exigiram controles adicionais, para um adequado modelo de implantação de controle físico, contábil e informatizado dos bens do ativo imobilizado de uma empresa de mineração em fase de reestruturação.

Nesta proposta efetuamos a comparação dos controles no presente trabalho, apresentamos os controles internos decorrentes das exigências dos atuais normativos com aqueles anteriormente necessários, no que diz respeito aos controles individualizados dos bens, bem como as obrigações da aplicação de revisões de vida útil e cálculos de teste de recuperabilidade, analisando as rotinas na sistemática seguintes:

- implantação de Departamento de Patrimônio para organizar, controlar, administrar os ativos imobilizados e suas movimentações;
- elaboração de programa comparativo para suportar a melhor utilização dos ativos imobilizados da estrutura operacional;

- elaboração e aplicação de regras de controle físico e informatizado do ativo imobilizado, objetivando a segurança patrimonial, mensuração de capacidade produtiva dos investimentos;
- elaboração de rotinas de revisão de vida útil dos bens, considerando a sua aplicação no processo produtivo da empresa e o seu resultado econômico estimado e obtido;
- elaboração de rotinas para testes de imparment do ativo imobilizado, considerando o ciclo operacional específico da atividade de mineração, proporcionando aos gestores as opções de reaproveitamentos, recuperação ou novas aquisições, sempre em consonância com a capacidade necessária para escoamento da produção.
- condicionamento e indexação nos processos de fechamentos contábeis e apurações fiscais procedimentos de análises para mensuração e demonstração dos impactos monetários na realização dos orçamentos para novas implementações e aquisições no ativo imobilizado operacional.

Justificamos a proposta de pesquisa pelo expressivo ganho proporcionado na aplicação dos dados, que contribuiu fortemente no âmbito empresarial para confirmarmos, considerando a ciência, a mercado de atuação, e o ambiente acadêmico, confirmando a eficácia da adoção das regras internacionais, e da importância do estudo prático, e da capacidade das sociedades brasileiras se estruturarem em nível de controles internos, para se adaptarem as IFRS.

A relevância da pesquisa está na certificação da necessidade de aplicação correta das legislações vigentes no Brasil, na sua importância na participação direta nas tomadas de decisões no direcionamento dos recursos dos acionistas, buscando a harmonização da capacidade de produção e com os recursos disponíveis.

1.2 Metodologia da Pesquisa

Concentramos nossas buscas de dados inerentes ao tema, lançando mão de pesquisas em livros e periódicos específicos, bem como nas legislações pertinentes, que tratam o assunto baseando em fontes atuais, pesquisa de campo na empresa citada, utilizando sua estrutura organizacional para aplicação dos procedimentos e projetos sugeridos esta pesquisa científica.

Neste sentido, a presente pesquisa se justifica com a seguinte questão: Os controles internos da empresa objeto de estudo, são adequados para a adesão das IFRS?

Para tal, a presente pesquisa teve os seguintes objetivos:

a) de forma geral:

- promover testes por amostragem da capacidade dos controles internos atuais, proporcionar a adequação da regulamentação das Leis 11.638/2008 e 11.941/2009, nos procedimentos de controle do ativo imobilizado.

b) de forma específica:

- implantar manual de procedimentos para suportar as rotinas ativos imobilizados e suas movimentações;
- elaborar e aplicar regras de controle físico e informatizado do ativo imobilizado, objetivando a segurança patrimonial, mensuração de capacidade produtiva e recuperabilidade de investimentos,
- comparar cálculos de depreciação considerando os controles atuais e novos controles propostos conforme os conceitos das novas regras legais;
- elaborar rotinas para testes de *impairment* do ativo imobilizado, considerando o ciclo operacional específico da atividade de mineração, proporcionando aos gestores uma visão comparativa do impacto do resultado dos cálculos obtidos nas demonstrações financeiras.

Compôs a pesquisa elaboração de manual de procedimentos para controle dos bens imobilizados, demonstrativo organograma de setor da empresa, relação de bens existente no parque industrial para elaboração dos casos práticos da teoria estudada.

O desenvolvimento do trabalho respeitou os prazos necessários que a estrutura da empresarial solicitava, os passos foram delimitados a partir de estudo da necessidade de aplicação dos procedimentos de controle do ativo imobilizado para atender a capacidade de produção e administração da empresa.

A correta aplicação das legislações contábeis e fiscais no controle de imobilizado de uma indústria mineradora contribui de forma positiva para a melhor aplicação de recursos e investimentos, contribuindo diretamente com a capacidade

de produção de forma eficaz, garantindo recursos financeiros, bem como o cumprimento legal das regras impostas, além da divulgação de forma clara para o usuário primário, que com acessos a informações corretas, tomam decisões a cerca da participação desses investimentos.

Nesta sintonia, citamos também outra observação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC (BRASIL, 2008, p. 3), e seus órgãos de composição:

Com o processo de convergência, o CFC, em parceria com diversos organismos nacionais e internacionais, está capacitando, por meio de seminários de aplicação das *International Financial Reporting Standards – IFRS*, disseminadores das novas práticas contábeis para que todos os profissionais brasileiros conheçam essa nova realidade. Saliente-se que as Normas Brasileiras de Contabilidade convergidas às normas internacionais trazem significativos benefícios, especialmente no que tange à uniformização dos procedimentos e critérios de avaliação adotados quando comparados com os dos demais países. No cenário econômico mundial, com a adoção das IFRS, o Brasil se internacionaliza por meio das empresas e dos grandes negócios.

O desenvolvimento do projeto ocorreu na empresa Serabi Mineração S.A., sendo relevante salientar que os bens imobilizados da empresa estão situados em localidades diferentes, com alocações subdivididas entre estabelecimentos filiais e matriz, e que o objetivo geral da pesquisa projetado era quantitativo, procurava medir algumas variáveis dentro objetivos gerais e específicos da pesquisa.

A pesquisa buscou definir novas características nas legislações vigentes atuais que tratam o tema para mensuração, atualização e verificação correta da sua aplicação na empresa, explicando e esclarecendo seus impactos nos controles existentes e nos diversos outros controles que interfaceiam o ativo imobilizado, bem como na necessidade de demonstrar e implantar as regras vigentes pesquisadas no caso prático e real, que a própria implantação de controle de imobilizado atualizado no parque industrial e bens administrativos da empresa. Se formando assim, a pesquisa, explicativa e aplicada, que segundo Vergara (2006), classificamos a pesquisa em dois tipos: quanto aos fins e quanto aos meios.

O universo pesquisado foi uma seleção amostral da população do montante dos bens que compõe o ativo imobilizado, nas localizações reais da empresa, planta de mineração e processamento, áreas administrativas e de suporte.

Empresas da atividade mineradora tende a apresentar investimentos relevantes na montagem de sua planta de processamento, e sistemas de lavra e

logística, onde são projetados linhas de produção de grande porte, e utilizados meios de transporte, de perfurações e de manuseio maquinários com origem estrangeira, de tecnologia avançada.

Os sujeitos da pesquisa serão o ativo imobilizado em si, e os colaboradores envolvidos nos controles atuais.

Neste projeto, mesclamos métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa, utilizando-se de duas técnicas de coleta de dados, que subdividirão em duas etapas: para técnicas de pesquisa elaborado manual de procedimentos considerando toda a legislação vigente e a necessidade operacional da empresa de manter o controle de imobilizado; e a aplicação prática dos procedimentos elaborados no parque industrial e bens administrativos da empresa.

Suportamos os estudos e trabalhos de análises de dados com o auxílio das ferramentas de tecnologia da informação disponíveis na empresa: o software Excel do pacote Office 2003 para elaboração de planilhas de controle e levantamentos físicos; e de software específico de controle de imobilizado para inclusões, baixas e cálculos de depreciações, amortizações e exaustões.

As dificuldades que limitaram os estudos foram a escassez de material publicado que tratam o assunto, por se tratar de tema recentemente divulgado, e o difícil acesso físico a todos os ambientes da empresa, por se tratar de mineração, encontramos ambientes insalubres e de acessos permitidos somente à profissionais tecnicamente preparados.

Cronometramos os trabalhos conforme proposto, e apesar das limitações concluímos de forma satisfatória a busca de dados, e as análises possíveis para a boa apresentação da pesquisa científica.

1.3 Estrutura do trabalho

O presente trabalho foi programado em cinco etapas, e formou os capítulos na seguinte sequência:

Na primeira fase remeti ao projeto construído para a elaboração da desta pesquisa, buscando analisar, e rever os dados propostos, as questões levantadas em torno do problema tema dos estas dificuldades previstas para a adaptação dos esforços neste período de conclusão.

Na segunda fase, reconstruí o referencial de forma orientada e organizada para servir de base para o desenvolvimento da pesquisa.

Na quarta fase levamos à prática todas as questões propostas, explorando de forma efetiva o estudo e seus reflexos em ambiente real de operação empresarial.

Na quinta fase frente aos resultados obtidos, elaboramos conclusões descrevendo os ganhos apresentados na pesquisa e recomendações, finalizando a pesquisa nos moldes propostos pela coordenação do curso, e conceitos padronizados pela a ABNT.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Controle de Ativo Imobilizado

As sociedades empresariais que contem no seu patrimônio bens imobilizados, necessários para a sua manutenção e funcionamento dos seus setores e departamentos, precisam mensurar o valor real dos investimentos direcionados para os ativos denominados permanentes, compostos de veículos, móveis e utensílios, maquinismos, computadores, utensílios e ferramentaria, imóveis em geral, e seus respectivos custos de fabricação e apropriação quando construídos de forma própria, alerta Equipe CPCON (2011).

2.2.1 *Necessidades e dificuldades operacionais*

A necessidade de organizar ou implantar um controle de ativo imobilizado a partir da criação de um “Departamento de Patrimônio” no contexto empresarial se tornou ao longo do tempo uma tarefa de difícil desenvolvimento e pouco resultado positivo. Se transformando em inúmeras tentativa frustradas, processos inacabados, e procedimentos falhos e mal organizados, afirma Futida (2011).

Agravam-se as dificuldades com a escassez de material didático disponíveis no mercado com conteúdo atual que contenham no seu contexto aplicações práticas de controle físico e contábil, nem discursos sobre as constantes mudanças e adequações as legislações fiscais e contábeis brasileiras e internacionais.

De acordo com a visão de Futida (2011, p. 8):

No mercado de publicações acadêmicas e técnicas, sequer encontramos literaturas que versam sobre a organização e planejamento do ativo imobilizado de uma empresa, inclusive em línguas estrangeiras, dificultando a implantação dentro de uma administração moderna e eficaz, do ponto de vista de custos x benefícios. Pouco ou quase nada se tem a respeito. Mensurar exatamente ou aproximadamente o valor real do imobilizado de pessoal uma empresa, constitui hoje uma tarefa árdua, ensejando investimento em pessoal e equipamentos de informática com softwares específicos que atendam as necessidades.

Atualmente é muito comum nas empresas ambientes com estrutura departamentalizada ou setorializada, subdividindo em módulos, e considerando sua estrutura organizacional para personalizar esta divisão, e por conseqüência

encontram-se nestes ambientes diversos tipos de lideranças com diversos níveis de alçadas, subordinações e hierarquia.

O processo de controle de permanente requer a implantação de normas e conjunto de procedimentos, que por sua característica de controle necessitam serem estendidas por todo o ambiente empresarial, tratando-se de controles físicos alocados em ambientes de diferentes níveis de responsabilidades de liderança pessoal, e em muitos casos em diferentes endereços, quando elevamos a estrutura da empresa em divisões de filiais, depósitos fechados, plantas industriais e outras estruturas do nível, requer padronizações das ações no momento dos registros em todo o âmbito de movimentação de uma incorporação de um ativo imobilizado, considerando a sua aquisição, estadia e utilização no ambiente, e sua alienação.

O conjunto de informações a serem organizados em torno do controle de imobilizado ensejará para sua implantação a participação mútua dos envolvidos diretos e indiretos, partindo do desejo real da direção da empresa em arcar com o custo em prol do benefício a ser alcançado, do envolvimento direto das lideranças para disseminação da necessidade de treinamentos todos os colaboradores, da adequação dos departamentos responsáveis pelas compras, controle e movimentações do imobilizado, em busca da assimilação uniforme das novas regras e rotinas.

De acordo com Futida (2011, p. 9)

Em resumo, para a implantação de um Departamento de Controle de Imobilizado será necessário que a direção da empresa (presidente ou superintendente) tenha vontade política e autoridade em implantar e arcar com todas as conseqüências financeiras, administrativas e operacionais e a serem exigidas, com sanções rígidas, sob pena de naufragas todo empreendimento, as normas e procedimentos a serem implantado. “no início da implantação da política de imobilizações, quando às aquisições, controles, vendas, etc. deverão ter a chancela do diretor responsável com autonomia de comando direção da política organizacional do Ativo Imobilizado da empresa.

Futida (2011, p. 22) ainda enfatiza que:

Na implantação do controle organizacional de bens imobilizados requer: Vontade política/interesse da diretoria, autoridade e comando efetivo da diretoria, da qual estiver subordinado o departamento, o chefe do Patrimônio, muitas vezes, irá se indispor com outras diretorias (ingerência), o chefe do Patrimônio deverá ser o mentor da implantação porém a glória e os problemas/fracasso deverão ser da diretoria, implantação da política da boa vizinhança, e toda norma deverá estabelecer responsabilidade com punição.

2.2.2 Definições de Ativo Imobilizado

Identificávamos na Lei 6.404/1976, nos seus artigos 178 e 179 respectivamente, antes das alterações inseridas pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009 as seguintes definições para classificação do ativo permanente:

§ 1º (...) c) ativo permanente, dividido em investimentos, imobilizado, intangível e diferido.

IV – no ativo imobilizado: os direitos que tenham, por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com esta finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controles desses bens;

V – no diferido: as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimos na eficiência operacional;

VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com esta finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Redação modificada e adequada as novas regras contábeis e fiscais, conforme Lei 11638/2007 e Lei 11941/2009, ficando classificada da seguinte forma:

Art. 178. (...) No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

II – ativo não circulante, composto por ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado e intangível.

Art. 179. As contas serão classificadas do seguinte modo:

IV – no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens;

VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido. (BRASIL, 2009)

Sendo assim, identificamos que ocorreram modificações recentes e as adequações às novas regras fiscais impactam diretamente na implantação de controles imobilizados físicos, limitando as companhias a criação de procedimentos compatíveis com capacidade de definir, delimitar e diferenciar nos controles a classificação correta conforme necessidade operacional e legislações vigentes.

As empresas se diferenciam nos seus processos de controle e forma de atuação, fatalmente se diferenciam também na forma de classificar seus bens imobilizados, criando nomenclaturas personalizadas de grupos de bens. Todavia a de ser observar e aplicar definições padrões, que apesar de está presente em

controles internos a “personalização”, a adoção de termos usuais no mercado auxilia no relacionamento externo, ora com fornecedores no momento das compras, ora com empresas de manutenção na necessidade de consertos, e finalmente com possíveis clientes no momento de uma alienação.

O Conceito de bens é tudo aquilo que satisfaz as nossas necessidades e que tenha um valor econômico, e são valores fixos do patrimônio, cujo destino é auxiliar a produção de riquezas, confirmando assim a forma de necessidade reconhecimento contábil pelo custo de aquisição, discursa Futida (2011).

Futida (2011, p. 26) completa suas definições de imobilizado da classificando-os da seguinte forma, quanto à suas subdivisões, e composição:

9.8. Subdivisão dos bens imobilizados:

* Bens imóveis: aqueles que estão impossibilitados de ser removidos, tais como terrenos e construções;

* Bens móveis: que podem ser removidos sem alterar sua integridade funcional;

* Bens tangíveis: que possuem corpo físico;

9.9. Bens que compõe o ativo imobilizado:

Bens Tangíveis: terrenos, e edifícios, veículos, móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, instalações em bens próprios, utensílios e ferramentas, computadores e periféricos, máquinas em construção, importação em andamento de imobilizado, obras em andamento ou imobilizados em andamento, consórcios em andamento, recursos florestais e minerais, benfeitorias em bens locados, imobilizados em comodato, e depreciações, amortizações e exaustões acumuladas por conta.

9.10. Bens Intangíveis: que não possuem corpo físico, tais como ações, marcas e patentes, fundo de comércio, etc: * Marcas e patentes, Fundo de comércio ou ponto comercial, obras de arte, direitos de uso de software, direitos autorais, capital intelectual, ISOS.

Com a divulgação do CPC 27 (2009) e que estabelece tratamento contábil para ativos imobilizados, de forma que os usuários das demonstrações contábeis possam discernir a informação sobre o investimento da entidade em seus ativos imobilizados, bem como suas mutações, e classificou o Ativo imobilizado da seguinte forma:

É o item tangível que:

(a) é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e

(b) se espera utilizar por mais de um período.

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

Considerando então as definições usuais e legais, destacamos que é parte integrante do planejamento para elaboração de procedimentos para controlar e organizar o ativo imobilizado da empresa, definições claras compatíveis com a identificação dos bens, para auxiliar na sua movimentação e estadia dentro do ambiente empresarial, bem como manter controles informatizados, que indexam nos seus parâmetros informações fiscais e contábeis, com a finalidade de promover a satisfação da necessidade de cumprir as obrigações de controle interno e segurança, e também de aplicação das legislações vigentes.

2.2.3 Estrutura de Controle

A objetividade na elaboração de métodos e procedimentos dentro de uma necessidade de controle de imobilizado, é ponto crucial para o sucesso da demanda, um processo que valoriza a proteção dos bens, e asseguram a exatidão e veracidade de seus registros contábeis tende a se construir de forma eficaz. Abrangendo uma estrutura ampla de controles e informações.

Em virtude da necessidade da definição de controle compatível, Futida (2011, p. 27) destaca o seguinte:

Em um sistema de controle interno, podemos distinguir dois núcleos de controle que, por sua eficiência e adequação, abrangem com amplitude todos os aspectos das operações de uma empresa, a saber:

- Controles contábeis relacionados com o patrimônio, e
- Controles administrativos relacionados com a eficiência das operações.

Com esta visão, alerta sobre a aplicação correta considerando as duas vertentes relacionadas, enfatizando a necessidade de evoluir com a elaboração dos controles de forma técnica buscando a qualidade na legislação vigente para a boa administração do patrimônio, e dentro da capacidade financeira mantendo o controle e os bens controlados afinados com planejamento de investimentos a partir do orçamento total da empresa.

2.2.3.1 Premissas para um bom controle interno do imobilizado

Conforme Futida (2011, p. 28) a espinha dorsal do controle interno aplicáveis ao imobilizado, está na capacidade de destacar as justificativas dos gastos e solicitação de aprovação, a definição de autoridade e responsabilidades, segregação

de funções, comprovações e provas independentes, a auditoria interna, e a qualidade do pessoal.

A propósito disso, afirmo o comentário da importância das premissas, respectivamente.

A justificativa dos dispêndios com solicitação de aprovação se faz necessária para alinhamento de uma forma geral com o orçamento de investimentos da empresa, assegurando a efetivação das previsões de expansão, de melhoria dos bens e de gastos com manutenção, prevenção e conservação.

As definições de autoridade e responsabilidade são importantes na delegação de alçadas nas lideranças envolvidas nos controles, movimentações e guarda dos bens, propiciando a segurança, integridade e melhor forma de utilização.

Por sua vez, a segregação de funções, destaca pela necessidade de vetar a possibilidade de um mesmo colaborador controlar fisicamente e contabilmente os registros de um bem imobilizado de sua responsabilidade, promovendo a segurança patrimonial, e prevenindo a ocorrência de fraudes e desvios.

A existência de procedimentos de auditoria interna complementa o controle garantindo a verificação por testes da exatidão, adequação e execução das operações contábeis em confronto com o controle do imobilizado, comprovando e validando de forma independente a documentação suporte.

Por fim, destaco a necessidade da qualificação do pessoal envolvido nos controles, colaboradores afinados e com assimilação dos procedimentos elaborados, e um alinhamento nas conduções das atribuições com a cultura organizacional da entidade, garantindo uma evolução positiva nos controles físicos (principalmente), e nos controles contábeis.

Chiavenato (2009) descreve que cultura organizacional é representada pelo modo de vida, um esquema de crenças, valores, expectativas e objetivos das pessoas envolvidas, a forma de se relacionarem, a maneira de agirem, a interação pessoal e profissional dos colaboradores de uma entidade.

2.2.3.2 Pontos fortes e benefícios do controle patrimonial

Conforme as definições e discurso de Futida (2011, p. 29) o controle elaborado de forma planejada, proporcionará os seguintes benefícios:

Manutenção do patrimônio em boa ordem, manutenção e controle de bens produtivos e administrativos que possam atender a empresa de forma racionalizada, proteção do capital pela mau uso dos bens, minimização da carga tributária pela recuperação de impostos, adequação do imobilizado técnico com melhoria da capacidade produtiva, atendimento da legislação tributária, manutenção e controle dos investimentos dos sócios de forma transparente, avaliação patrimonial para fins fiscais, cisão, fusão.

Tendo como pontos fortes na sua elaboração a “existência de política por escrito das regras de controle, controle individual por bem, controle de localização por departamento ou centro de custos, levantamento físicos ou inventários periódicos”, complementa Futida (2011).

Baseado no conteúdo exposto acima, afirmo que um controle de ativo imobilizado planejado e elaborado conforme legislação vigente, capacidade financeira e necessidade de controle patrimonial da empresa, proporcionaram vantagens significativas na proteção dos investimentos empregado no empreendimento, destaco ainda que a aplicação de uma sistemática clara de registro e controles dos bens patrimoniais pode suportar as decisões da direção da empresa na melhor forma da aplicação do capital, visando sempre o melhor resultado, e por fim acobertar e proteger os controles contábeis e fiscais das sanções previstas na legislação pela não observação de suas regulamentações.

2.2.4 Revisão da Vida Útil dos Bens do Ativo Imobilizado

Os itens de características tangíveis do ativo imobilizado são classificados como bens corpóreos de utilização duradoura, por estarem relacionados diretamente às atividades operacionais da entidade, conforme podemos evidenciar na divulgação do Pronunciamento Contábil 27 (2009), emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis-CPC, que explica a definição o imobilizado com as seguintes premissas:

Ativo imobilizado é o item tangível que:

(a) é mantido para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel a outros, ou para fins administrativos; e (b) se espera utilizar por mais de um período.

Correspondem aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS, 2009, p. 3)

No mesmo pronunciamento técnico, existem regras que estabelecem e esclarecem algumas definições relevantes à mensuração do valor real do ativo item do ativo imobilizado na empresa, valores recuperáveis e valores residuais, são exemplos de mensurações importantes para esta apuração, descritos assim no referido instrumento:

Valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda de um ativo e seu valor em uso.

Valor residual de um ativo é o valor estimado que a entidade obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS, 2009, p. 4)

Neste sentido, torna-se essencial o entendimento do conceito de vida útil dos itens do ativo imobilizado para a correta aplicação dos cálculos de utilização e desgaste do referido bem, para mensurar e demonstrar nos demonstrativos financeiros a sua real contribuição a favor de apuração de benefícios à entidade associados a sua capacidade de produção.

O desgaste natural ou por utilização denomina-se depreciação, conforme descrito também no Pronunciamento Contábil 27 (2009) itens 50 a 54, as regras para aplicação são:

50. O valor depreciável de um ativo deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada. 51. O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil, segundo o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. 52. A depreciação é reconhecida mesmo que o valor justo do ativo exceda o seu valor contábil, desde que o valor residual do ativo não exceda o seu valor contábil. A reparação e a manutenção de um ativo não evitam a necessidade de depreciá-lo. 53. O valor depreciável de um ativo é determinado após a dedução de seu valor residual. Na prática, o valor residual de um ativo frequentemente não é significativo e por isso imaterial para o cálculo do valor depreciável. 54. O valor residual de um ativo pode aumentar. A despesa de depreciação será zero enquanto o valor residual subsequente for igual ou superior ao seu valor contábil. (COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS, 2009, p. 13)

A revisão de vida útil ocorrerá pelo menos uma vez no exercício operacional da empresa, e se ensejar novos valores de referência de taxas de depreciação, esses deverão ser divulgados. Conforme regras estabelecidas pelo referenciado Pronunciamento Contábil 27 (2009), citado a seguir:

60. O método de depreciação utilizado reflete o padrão de consumo pela entidade dos benefícios econômicos futuros. 61. O método de depreciação aplicado a um ativo deve ser revisado pelo menos ao final de cada exercício e, se houver alteração significativa no padrão de consumo previsto, o método de depreciação deve ser alterado para refletir essa mudança. Tal mudança deve ser registrada como mudança na estimativa contábil, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBEIS, 2009, p. 15)

No entanto as determinações regulamentadas nos pronunciamento Contábeis são de aplicação contábil, e conflitam com as determinações legais que orientam e regulam o tema na esfera tributária. A aplicação fiscal se referencia por taxas lineares por grupo de imobilizados, e normalmente não refletem a realidade de sua utilização operacional, oportunidade considerada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis para divulgar as regras paralelas, visando o reflexo positivo na clareza da divulgação correta dos investimentos e sua evolução no âmbito empresarial.

O decreto 3000/99 (RIR), prevê nos seus artigos 305 e 310, regulamentações a cerca da rotina depreciação, nos quesitos dedutibilidade e taxas anuais aplicáveis:

Dedutibilidade

Art. 305. Poderá ser computada, como custo ou encargo, em cada período de apuração, a importância correspondente à diminuição do valor dos bens do ativo resultante do desgaste pelo uso, ação da natureza e obsolescência normal (Lei nº 4.506, de 1964, art. 57).§ 1º A depreciação será deduzida pelo contribuinte que suportar o encargo econômico do desgaste ou obsolescência, de acordo com as condições de propriedade, posse ou uso do bem (Lei nº 4.506, de 1964, art. 57, § 7º).

§ 2º A quota de depreciação é dedutível a partir da época em que o bem é instalado, posto em serviço ou em condições de produzir (Lei nº 4.506, de 1964, art. 57, § 8º).

Taxa Anual de Depreciação

Art. 310. A taxa anual de depreciação será fixada em função do prazo durante o qual se possa esperar utilização econômica do bem pelo contribuinte, na produção de seus rendimentos (Lei nº 4.506, de 1964, art. 57, § 2º).

§ 1º A Secretaria da Receita Federal publicará periodicamente o prazo de vida útil admissível, em condições normais ou médias, para cada espécie de bem, ficando assegurado ao contribuinte o direito de computar a quota efetivamente adequada às condições de depreciação de seus bens, desde que faça a prova dessa adequação, quando adotar taxa diferente (Lei nº 4.506, de 1964, art. 57, § 3º).

§ 2º No caso de dúvida, o contribuinte ou a autoridade lançadora do imposto poderá pedir perícia do Instituto Nacional de Tecnologia, ou de outra entidade oficial de pesquisa científica ou tecnológica, prevalecendo os prazos de vida útil recomendados por essas instituições, enquanto os mesmos não forem alterados por decisão administrativa superior ou por sentença judicial, baseadas, igualmente, em laudo técnico idôneo (Lei nº 4.506, de 1964, art. 57, § 4º).

§ 3º Quando o registro do imobilizado for feito por conjunto de instalação ou equipamentos, sem especificação suficiente para permitir aplicar as diferentes taxas de depreciação de acordo com a natureza do bem, e o contribuinte não tiver elementos para justificar as taxas médias adotadas

para o conjunto, será obrigado a utilizar as taxas aplicáveis aos bens de maior vida útil que integrem o conjunto (Lei nº 4.506, de 1964, art. 57, § 12).

§ 3º Em qualquer hipótese, o montante acumulado das quotas de depreciação não poderá ultrapassar o custo de aquisição do bem (Lei nº 4.506, de 1964, art. 57, § 6º).

§ 4º O valor não depreciado dos bens sujeitos à depreciação, que se tornarem imprestáveis ou caírem em desuso, importará redução do ativo imobilizado (Lei nº 4.506, de 1964, art. 57, § 11).

§ 5º Somente será permitida depreciação de bens móveis e imóveis intrinsecamente relacionados com a produção ou comercialização dos bens e serviços (Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, inciso III).

2.2.5 Impairment (testes de recuperabilidade)

Conforme conteúdo do pronunciamento técnico 01 (2010) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que estabelece regras contábeis para recuperação dos ativos da empresa, considerando que as perdas para redução ao valor recuperável de ativos estão inseridas no contexto de que os ativos não podem ser registrados por valor superior ao seu valor recuperável, mediante uso ou venda do ativo pela empresa.

Destaco então, a necessidade de indexar aos controles de ativo imobilizado rotinas periódicas para testes da recuperabilidade do ativo, conforme sua capacidade de retorno financeiro no seu contexto operacional de alocação.

Conforme Futida (2011, p. 15), esclarece que o termo impairment “advém da palavra impar, ou contrário de par, e destaca que todo direito que não mais gera receita, ou reciprocidade, deve ser baixado da contabilidade econômica, porém permanecer na fiscal”.

De acordo com a lei 11.638 (BRASIL, 2007) “o valor contábil do ativo deve ser submetido à análises ao valor econômico no contexto operacional aferindo se estão ou não produzindo e contribuindo para geração de receitas.”

A CVM Comissão de Valores Mobiliários destaca através do ofício 01/2005 e recomendava verificações nos bens dos ativos imobilizados para eventuais baixas, total ou parcial de bens que não cumpriam sua finalidade.

Conforme os relatos sobre a condição e necessidade de avaliação dos ativos, classificamos com de grande importância a existência de rotinas de testes de recuperação, no que tange aos bens constantes no ativo imobilizado, no caso prático da mineração, que tem no seu processo produtivo que pode implicar em grandes ciclos, por conta da necessidade de pesquisa e exploração, seria essencial para o planejamento operacional a certeza da utilização dos bens compatibilizando

com as fases operacionais, e seu retorno considerando esta participação no processo.

3 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

A Serabi Mineração é uma companhia de mineração e exploração de ouro que se dedica à avaliação, desenvolvimento e lavra de depósitos de ouro no Brasil. A principal operação da Serabi é a mina de ouro Palito (de posse exclusiva da empresa), localizada na região de Tapajós, no norte do Brasil, mais precisamente na cidade de Itaituba no Estado do Pará, localidade da sede da sociedade.

Tem seu capital formado na sua totalidade por participações estrangeira, e por natureza jurídica é uma sociedade anônima de capital fechado, os acionistas investem na posição estratégica em Tapajós, objetivando usar o projeto da Mina Palito como modelo para o rápido desenvolvimento de outras minas de ouro na região.

Atualmente, suas operações se concentram em pesquisas por meio de campanhas de perfurações e análises geológicas, geofísicas e topográficas, para consolidação da capacidade produtiva da Mina Palito, certificação e divulgação dos resultados no mercado AIM da Bolsa de Valores de Londres e no mercado de ações do Canadá, importante pólo de investidores na atividade mineração. Com o objetivo principal de reorganizar a planta para retomada da extração mineral e produção sustentável de Ouro, prata, Bronze e seus concentrados, a fase atual proporciona a produção do subproduto “pedra brita”, resultado da movimentação de minério nas perfurações para pesquisa e explorações.

Tem estrutura organizacional montada e subdividida em:

- atividades de Mina, contendo processos de planejamento, sondagens e desenvolvimento para trabalhos de lavra;
- atividades de Planta, contendo processos de britagem, moagem, eluição, e depósitos de Rejeitos para processamento da lavra;
- atividades de Laboratório, para suporte medição de teor minério;
- atividades de Manutenção, contendo setores de mecânica e elétrica;
- atividades de suporte operacional, contendo serviços de alojamento, refeitório, segurança do trabalho, ambulatório, almoxarifado; e
- suporte administrativo.

Mantendo dentro desta estrutura bens imobilizados capazes de suportar as atividades operacionais e administrativas necessárias para realizar as operações relacionadas ao objeto social da empresa, retornando os benefícios pretendidos pelo investimento inicial.

Conforme IBRACON (2011) publicando o conteúdo do IAS16 observa que o reconhecimento de um ativo imobilizado é possível a partir da probabilidade real de obtenção de benefícios futuros associados ao item fluirão para entidade, e que seja mensurado de forma confiável.

4 MODELO DE IMPLANTAÇÃO DO CONTROLE IMOBILIZADO

4.1 Cenário Atual

Analisando a relação de bens existentes na estrutura da empresa, identificamos controles por tipo de bens, distribuídos nos setores produtivos, de apoio e administrativos, controlados a partir de registros contábeis e depreciação mensal calculadas pelo método linear, considerando taxas fiscais sugeridas.

No levantamento físico de bens identificamos situações relevantes que espelham o controle atual, dentre elas:

- bens identificados parcialmente;
- sistemas de produção de grande porte, onde existe a utilização de conjunto de bens, registrados de forma individualizada;
- inexistência de rotina inventário físico periódico;
- inexistência de termo de responsabilidade pela guarda dos bens;
- inexistência de controle de medição de produção por unidade geradora de caixa; e
- inexistência de controle de baixa de bens;

Conforme o discurso de Futida (2011, p. 29), que definiu como ponto forte do controle, a sistematização das rotinas, criando políticas bem definidas descrevendo regras de controle, controle individual por bem, controle de localização por departamento ou centro de custos, levantamentos físicos ou inventários periódicos, explicamos a condição precária de controles encontrados.

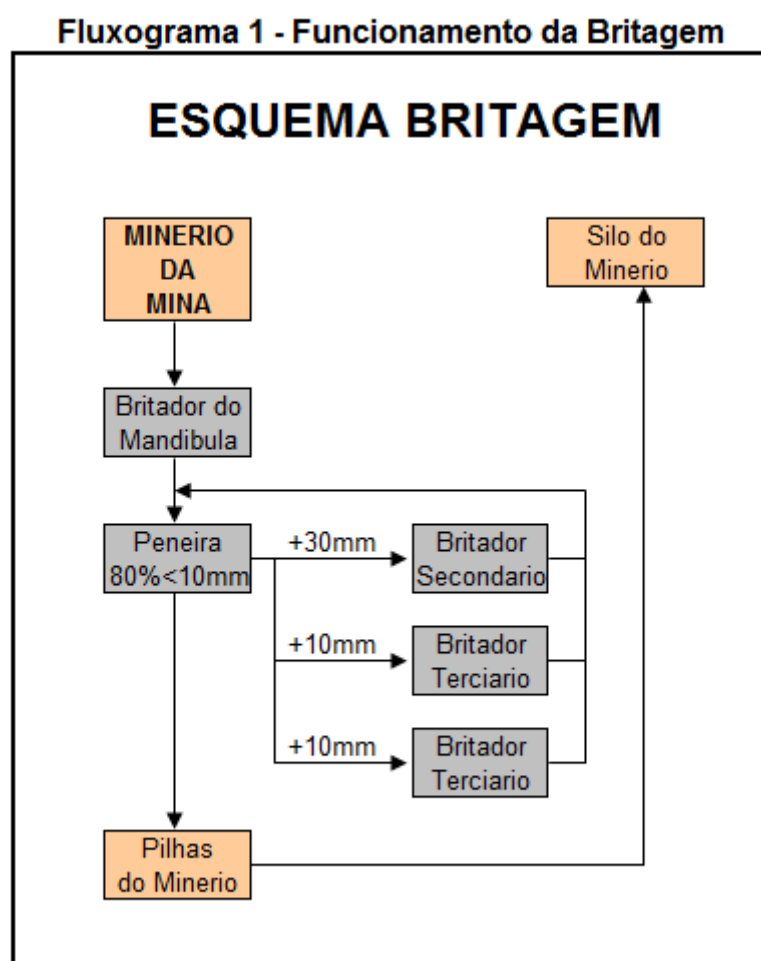
A empresa possui na sua planta, registrados e controlados a partir de planilhas eletrônicas, onde se processam também os cálculos de depreciação. Estratificamos e selecionamos o setor produtivo denominado “Britagem”, única unidade geradora de caixa ativa, resultado da atividade de exploração, para análise amostral e medição de eficiência do controle praticado, e servirá de base para a demonstração comparativa dos reflexos proporcionados pelas novas legislações contábeis, espelhará também os controles sugeridos para a boa ordem do acompanhamento dos investimentos em imobilizado.

Para melhor contextualizar o ambiente, conforme Pronunciamento Contábil CPC 01 (2010, p. 6) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, destacamos que unidade geradora de caixa define-se por “menor grupo identificável de ativos que

gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos”.

4.1.1 Unidade Geradora de Caixa – Britagem

O britagem é o ponto de entrada de minérios após a lavra, ou seja, primeiro processamento disparado a partir da retirada do minério das escavações e perfurações ocorridas nas minas subterrâneas, definindo-se num procedimento de trituração das rochas, condicionando e preparando o material natural para os próximos processos de análises, de refinamento e químicos da estrutura produtiva. Tem sua organização descrita conforme abaixo:



Fonte: Arquivo de Controle de Fluxograma da Empresa

Atualmente a depreciação dos bens desta unidade geradora de caixa é realizada de forma globalizada, utilizando o método linear considerando todo o sistema de britagem, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 - Unidade de Britagem

Sector: Sistema de Britagem			
Composição estrutura Funcional	taxa depreciação	Capacidade Produtiva	Vida Útil
Britador de mandibula	15%	90.000 ton/ano	08 anos
Peneira Vibratória	15%		07 anos
Britador Secundário	15%		08 anos
Britador Terciário 1	15%		08 anos
Britador Terciário 2	15%		08 anos
Pilhas de Minério	15%		10 anos
Silo de Minério	15%		10 anos

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de controles da Empresa

A figura ilustra bem bases disponíveis para cálculo de depreciação pelo funcionamento da unidade geradora de caixa, conseguimos mensurar dados individualizados, a forma globalizada de aplicar a depreciação desvirtua as orientações contidas nas legislações contábeis atuais.

O pronunciamento contábil nº 27 (2009) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, destaca que:

Depreciação

43. Cada componente de um item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total do item deve ser depreciado separadamente.

44. A entidade aloca o valor inicialmente reconhecido de um item do ativo imobilizado aos componentes significativos desse item e os deprecia separadamente. Por exemplo, pode ser adequado depreciar separadamente a estrutura e os motores de aeronave, seja ela de propriedade da entidade ou obtida por meio de operação de arrendamento mercantil financeiro. De forma similar, se o arrendador adquire um ativo imobilizado que esteja sujeito a arrendamento mercantil operacional, pode ser adequado depreciar separadamente os montantes relativos ao custo daquele item que sejam atribuíveis a condições do contrato de arrendamento mercantil favoráveis ou desfavoráveis em relação a condições de mercado.

45. Um componente significativo de um item do ativo imobilizado pode ter a vida útil e o método de depreciação que sejam os mesmos que a vida útil e o método de depreciação de outro componente significativo do mesmo item. Esses componentes podem ser agrupados no cálculo da despesa de depreciação.

4.1.2 Cálculo da Depreciação Acumulada

A entidade por falta de recurso informatizado e processo que considere as regras de depreciação a partir das divulgações dos pronunciamentos contábeis, aplica os cálculos com base na legislação fiscal e dados disponíveis possíveis com o controle implantado.

Em consonância com o decreto 3000 (BRASIL, 1999), a depreciação será deduzida pelo contribuinte, e o crédito fiscal poderá ser tomado no exercício de ocorrência, neste sentido a sistemática apresentada visa somente cumprir a legislação tributária, não considerando neste ponto de análise o impacto da despesa deduzida, no balanço patrimonial da empresa, veja demonstração a seguir.

Quadro 2 – Cálculos de depreciação sistema Britagem

Grupo: Sistema de Britagem					
Composição estrutura Funcional	taxa depreciação	Valor de Aquisição	Data aquisição	Valor Depreciação - anual	Vida Útil
Britador de mandibula	15%	22.000,00	01/12/2008		08 anos
Peneira Vibratória	15%	15.000,00	01/12/2008		05 anos
Britador Secundário	15%	21.700,00	01/07/2010		08 anos
Britador Terciário 1	15%	18.900,00	02/09/2009		08 anos
Britador Terciário 2	15%	18.900,00	02/09/2009		08 anos
Pilhas de Minério	15%	32.000,00	01/12/2008		10 anos
Silo de Minério	15%	17.500,00	01/12/2008		10 anos
TOTAL		146.000,00		21.900,00	ANUAL
Cálculo de depreciação = 146.000,00 x 15% = R\$ 21.900,00 ano Valor rateio mensal: R\$ 21.900,00 / 12 = R\$ 1.825,00					

Fonte: Elaborado pelo autor a partir controles da empresa

4.2 Novo Cenário

A partir da exposição da amostra do cenário atual de controle de ativo imobilizado, e seus reflexos nos cálculos de depreciação por desgastes, controle físico inadequado, e outras desatualizações e falta de recursos, colocamos em prática plano de implementações de medidas suficientes para aplicar os conceitos das novas legislações contábeis, e demonstramos a atualização comparativa dos resultados obtidos.

De acordo com Futida (2011), a implantação de ambientes de controles de imobilizado, requer uma atenção especial dos tomadores de decisão da empresa, uma disposição em torno da demanda de arcar com todos as consequências financeiras e operacionais, sob pena de não atingir o objetivo, se não agir firmemente na condução das ações.

Para suportar as mudanças necessárias programamos três ações, para corrigir, proporcionar mais consistência, individualizar os controles e refletir a realidade da evolução da utilização dos bens na ambiente produtivo da empresa.

4.2.1 Adequações Propostas

Sempre tomando como base os cálculos a partir do setor produtivo em atividade no momento da pesquisa, o Sistema de Britagem, listamos então as implementações propostas:

- a) elaboração de Manual de instruções contendo procedimentos que organizará as aquisições, movimentações, identificação, baixas, cálculos, inventários, revisão de vida útil, e outros;
- b) criação de Física dos individualizada dos bens; e
- c) implantação de controle em software específico de ativo imobilizado, para proporcionar os cálculos individualizados e a criação de mais de um cenário de necessidade de mensurações, seja fiscal, seja pela evolução da vida útil, seja pela capacidade de produção.

Repassando a referência discursada por Futida (2011), confirmamos com a implementação um dos pilares para um controle eficiente, a elaborado a partir de política por escrito das regras de controle, controle individual por bem, controle de localização por departamento ou centro de custos, levantamento físicos ou inventários periódicos.

4.2.2.1 Manual de Controle e Procedimentos e Controle Informatizado

Elaboramos manual condizente com a realidade das necessidades de controle da segurança, cálculos individualizados, mensuração dos benefícios futuros, capacidade produtiva, apresentação de cálculos e controles das legislações vigentes.

As premissas observadas foram o controle de entradas dos bens, movimentações segurança dentro do ambiente operacional, capacidade de rastreamento e localização entre centro de custos, regras para baixa, cálculos, responsabilidade sobre a guarda, e a organização sistemática a partir de controle informatizado em sistema específico.

A apresentação na integra do manual está demonstrada nos anexos deste trabalho.

Justificamos os investimentos na implantação dos controles, seguros do retorno qualificado das informações, baseados também na afirmativa de Futida (2011, p. 28) que destaca que “a espinha dorsal do controle interno aplicáveis ao imobilizado, está na capacidade de destacar as justificativas dos gastos”.

4.2.2.2 Revisão de Vida Útil e Cálculos de Depreciação

Seguindo a proposta de sugestão de novo modelo de controle de imobilizado, que espelhe e condicione a entidade de lançar mão dos conceitos orientados pelos pronunciamentos contábeis, ainda por amostragem, simulamos a revisão de vida útil dos itens do grupo de ativo imobilizado do Sistema de Britagem, considerando neste momento valor residual e valor depreciável individualizado de cada componente da unidade geradora de caixa.

Aplicamos em conjunto os cálculos de depreciação conforme CPC específico, obtendo novos dados, para comparabilidade e apresentação dos impactos, servindo de ponto de análise para identificar as melhorias proporcionadas pelo novo controle de bens.

O quadro a seguir demonstra e compara os cálculos nos cenários antigos e atual:

Quadro 3 – Novos Cálculos Comparativos Depreciação

Grupo: Sistema de Britagem									
CÁLCULOS NO CENÁRIO ANTIGO									
Composição estrutura Funcional	taxa depreciação	Valor de Aquisição	Data aquisição	Valor Depreciação - anual	Vida Útil	Cálculo de depreciação			
Britador de mandíbula	15%	22.000,00	01/12/2008		08 anos	Cálculo de depreciação = 146.000,00 x 15% = R\$ 21.900,00 ano valor rateio mensal: R\$ 21.900,00 / 12 = R\$ 1.825,00			
Peneira Vibratória	15%	15.000,00	01/12/2008		05 anos				
Britador Secundário	15%	21.700,00	01/07/2010		08 anos				
Britador Terciário 1	15%	18.900,00	02/09/2009		08 anos				
Britador Terciário 2	15%	18.900,00	02/09/2009		08 anos				
Pilhas de Minério	15%	32.000,00	01/12/2008		10 anos				
Silo de Minério	15%	17.500,00	01/12/2008		10 anos				
TOTAL		146.000,00		21.900,00	ANUAL				
Grupo: Sistema de Britagem									
CÁLCULOS NO CENÁRIO ATUAL									
Composição estrutura Funcional	Valor de Aquisição (1)	Data aquisição	Valor Residual (10% da valor mercado- Aquisição) - (2)	Valor Depreciável (1 - 2)	Capacidade Produtiva total - 950.000 toneladas		taxa depreciação com base na capacidade	Valor Depreciado no Exercício	Vida Útil
					Prazo Operativo-rateado conforme vida útil	No último Exercício - rateio linear			
Britador de mandíbula	22.000,00	01/12/2008	2.200,00	19.800,00	133.333	12.857	9,64%	1.909,29	08 anos
Peneira Vibratória	15.000,00	01/12/2008	1.500,00	13.500,00	83.333	12.857	15,43%	2.082,86	05 anos
Britador Secundário	21.700,00	01/07/2010	2.170,00	19.530,00	133.333	12.857	9,64%	1.883,25	08 anos
Britador Terciário 1	18.900,00	02/09/2009	1.890,00	17.010,00	133.333	12.857	9,64%	1.640,25	08 anos
Britador Terciário 2	18.900,00	02/09/2009	1.890,00	17.010,00	133.333	12.857	9,64%	1.640,25	08 anos
Pilhas de Minério	32.000,00	01/12/2008	3.200,00	28.800,00	166.667	12.857	7,71%	2.221,71	10 anos
Silo de Minério	17.500,00	01/12/2008	1.750,00	15.750,00	166.667	12.857	7,71%	1.215,00	10 anos
TOTAL	146.000,00		14.600,00	131.400,00	950.000	90.000		12.592,61	
Comparativo - CÁLCULO ATUAL x CÁLCULO ANTIGO - 21.900,00 - 12.592,61 = 9.307,39									

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da empresa

Conforme as orientações do Pronunciamento Contábil nº 27 (2009) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis em consonância com a Lei 11.941 que alterou a lei 6404/76, no seu paragrafo terceiro, demonstrando novos critérios a ser aplicados pelas empresas, veja o que diz o parágrafo:

“A companhia deverá efetuar, periodicamente, análise sobre os valores do imobilizado (...) II – Revisados e ajustados os critérios utilizados para determinação da vida útil econômica estimada e para cálculo da depreciação, exaustão e amortização. (BRASIL, 2009).

No caso prático apresentado, destacamos a relevante diferença apurada numa amostra do montante de bens do ativo imobilizado da entidade.

4.2.2.3 Teste de Recuperabilidade

Dando sequência nas aplicações propostas, simulamos neste capítulo teste de *impairment*, da já conhecida amostra do ativo imobilizado da entidade, valorizamos o preço justo numa possível venda, e capacidade de retorno financeiro da produção do sistema de britagem, projetando um fluxo de caixa futuro, considerando para os cálculos a unidade geradora de caixa.

De acordo com o Pronunciamento Contábil nº 01 (2010) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, dentre as definições da mensuração do valor recuperável, estão:

18 . Define valor recuperável como o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa e o seu valor em uso. Os itens 19 a 57 estabelecem as exigências para mensuração do valor recuperável. Essas exigências usam o termo “um ativo”, muito embora se apliquem igualmente a um ativo individual ou a uma unidade geradora de caixa.

19. Nem sempre é necessário determinar o valor justo líquido de despesas de venda de um ativo e seu valor em uso. Se qualquer um desses montantes exceder o valor contábil do ativo, este não tem desvalorização e, portanto, não é necessário estimar o outro valor.

20. É possível determinar o valor justo líquido de despesas de venda, mesmo que um ativo não seja negociado em mercado ativo. Entretanto, algumas vezes não será possível determinar o valor justo líquido de despesas de venda porque não haverá base para se fazer estimativa confiável do valor a ser obtido pela venda do ativo em transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas. Nesse caso, o valor em uso pode ser utilizado como seu valor recuperável.

No mesmo pronunciamento CPC 01 (2010) no item 25, salientamos a necessidade de se conhecer o valor justo líquido da despesa de venda, conforme segue:

A melhor evidência do valor justo líquido de despesas de venda de um ativo é o preço de contrato de venda firme em transação em bases comutativas, entre parte conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas adicionais que seriam diretamente atribuíveis à venda do ativo.

O quadro a seguir demonstra os cálculos analisados da amostra, e a apuração do ajuste de impairment a ser reconhecido na contabilidade a partir dos testes de recuperabilidade:

Quadro 4 – Cálculos do Teste de Recuperabilidade

Grupo: Sistema de Britagem			
Informações:			
a) Estimativa Fluxo de Caixa: 05 anos			
b) Taxa de desconto 15%			
c) A pretensão de venda AO FINAL da projeção: R\$ 50.000,00			
d) Lucro unitário R\$ 0,30 x tonelada produzida			
e) Capacidade produzido por ano 90.000 ton			
f) Valor de mercado do bem - custo de Venda = 110.000,00			
APURAÇÃO VALOR JUSTO - CUSTO VENDA			
Composição estrutura Funcional	Valor do Custo	Valor Depreciado	Valor Líquido contábil
Britador de mandíbula	22.000,00	1.909,29	133.407,39
Peneira Vibratória	15.000,00	2.082,86	
Britador Secundário	21.700,00	1.883,25	
Britador Terciário 1	18.900,00	1.640,25	
Britador Terciário 2	18.900,00	1.640,25	
Pilhas de Minério	32.000,00	2.221,71	
Silo de Minério	17.500,00	1.215,00	
TOTAL	146.000,00	12.592,61	133.407,39
PROJEÇÃO FLUXO DE CAIXA FUTURO			
Períodos	Fluxo Líquido	taxa de desconto 15%	Fluxo de Caixa descontado
ANO 1	27.000,00	1,15	23.478,26
ANO 2	27.000,00	1,32	20.454,55
ANO 3	27.000,00	1,52	17.763,16
ANO 4	27.000,00	1,75	15.428,57
ANO 5	27.000,00	2,01	13.432,84
VENDA	50.000,00	2,31	21.645,02
			112.202,39
Valor do ajuste de Imparmaint: R\$ 133.407,39 - 112.202,39 = 21.205,00			

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da empresa

4.2.2.4 Impacto nas demonstrações contábeis

A contabilidade atualmente é conduzida e aplicada a partir de julgamentos da variação dos fatos ocorridos, e tem que espelhar para os diversos usuários da informação, através das demonstrações financeiras o comportamento e a evolução do patrimônio e investimentos administrados no âmbito empresarial.

O Pronunciamento contábil nº 26 (2011) do CPC no seu item 9, confirma este cenário, conceituando que:

As demonstrações contábeis são uma representação estruturada da posição patrimonial e financeira e do desempenho da entidade. O objetivo das demonstrações contábeis é o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados. Para satisfazer a esse objetivo, as demonstrações contábeis proporcionam informação da entidade acerca do seguinte: (a) ativos; (b) passivos; (c) patrimônio líquido; (d) receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas; (e) alterações no capital próprio mediante integralizações dos proprietários e distribuições a eles; e (f) fluxos de caixa

Neste sentido analisamos os resultados obtidos nos cálculos de depreciação e teste de recuperabilidade, e seu impacto no balanço patrimonial da empresa objeto de estudo, e demonstramos no quadro a seguir:

Quadro 5 – Impacto Cálculos Balanço Contábil

<u>ANTES DOS CÁLCULOS / TESTES</u>			
ATIVO TOTAL	<u>11.580.000,00</u>	PASSIVO TOTAL	11.580.000,00
Ativo Permanente	<u>3.546.000,00</u>		
Sistema de Britagem	146.000,00		
(-) Depreciação Sistemas de Britagem	(21.900,00)	Patrimônio Líquido	<u>6.150.000,00</u>
(-) Impairment Sistemas de Britagem	0,00	Prejuízo no exercício	550.000,00
<u>APÓS CÁLCULOS / TESTES</u>			
ATIVO TOTAL	<u>11.568.102,39</u>	PASSIVO TOTAL	<u>11.568.102,39</u>
Ativo Permanente	<u>3.534.102,39</u>		
Sistema de Britagem	146.000,00		
(-) Depreciação Sistemas de Britagem	(12.592,61)	Patrimônio Líquido	<u>6.138.102,39</u>
(-) Impairment Sistemas de Britagem	(21.205,00)	Prejuízo no exercício	538.102,39

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da empresa

Notamos claramente que os resultados obtidos impactaram nas contas demonstradas, reduzindo o ativo permanente e conseqüentemente o resultado do exercício no patrimônio líquido.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

Os estudos acerca do tema mostrou de forma estratificada a evolução das leis contábeis no âmbito nacional, que as alterações nas referidas leis propôs a aceleração da adaptação dos conceitos internacionais no ambiente empresarial brasileiro, proporcionando condições de práticas contábeis contributiva à divulgação da realidade dos investimentos tratados nesta esfera.

As exigências mercadológicas no cenário mundial cresceram, e as entidades deverão absorver não mais de forma gradativa, mas de forma geral os conceitos contábeis novos adaptados e divulgados pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, através das orientações, interpretações e pronunciamentos.

O estudo demonstrou que as análises do impacto das mudanças no ativo imobilizado, sinalizou a relevância da aplicação dos conceitos internacionais no seu montante, e que tanto as empresas, quanto os profissionais contábeis e de controles, deveram se qualificar com mesma intensidade, na mesma medida que os resultados se demonstram distorcidos, quando comparados com base nos regras tributárias.

Por fim concluímos que a regulamentação das leis de convergência contábil vem contribuir com uma melhor prática da ciência, e proporcionarão grandes alterações positivas às entidades, profissionalizando-as a ponto de participarem mais efetivamente no mercado globalizado.

E que a empresa objeto de estudo, se encontra desatualizada conforme as novas regulamentações contábeis, mas apresenta uma base de controles internos com capacidade de absorver com eficiência a necessidade de adoção as IFRS.

Recomendamos a adoção das novas normas contábeis, que conforme testes possibilitará a entidade demonstrar a evolução do patrimônio e investimentos administrados de forma mais fidedigna, fornecendo aos usuários que necessitam tomar decisões a partir de análises desses relatórios, maior clareza e confiabilidade na sua capacidade operacional.

6 REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 jun. 1999. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3000.htm >. Acesso em: 25 de out. 2012

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispões sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 dez. 1976. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm >. Acesso em: 25 de out. 2012

BRASIL. Lei nº 11.637, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 dez. 2007. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm >. Acesso em: 25 de out. 2012

BRASIL. Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 28 mai. 2009. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm>. Acesso em: 25 de out. 2012

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos: o capital humano das organizações**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CPCON, Equipe. **Impairment, Depreciação e Gestão patrimonial**, São Paulo, 01 mar.2011. Disponível em: <<http://www.cpccon.eng.br/gestaopatrimonial/depreciacao/impairment-depreciacao-gestao-patrimonial>> Acesso em: 01 nov. 2012.

FUTIDA, Honório. **Apostila Novas regras para organização e controle do Ativo** Brasília7-88.

IBRACOM. **Livro Normas Internacionais de Relatório Financeiro: Pronunciamento Contábil nº 01**. São Paulo, 2011.

IBRACOM. **Livro Normas Internacionais de Relatório Financeiro: Pronunciamento Contábil nº 26**. São Paulo, 2011.

IBRACOM. **Livro Normas Internacionais de Relatório Financeiro: Pronunciamento Contábil nº 27**. São Paulo, 2011.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006. 46 p.

ANEXOS

ANEXO A – MANUAL CONTROLE DO ATIVO IMOBILIZADO DE SERABI MINERAÇÃO

	SERABI MINERAÇÃO
INSTRUÇÃO DE TRABALHO	
Título: IT.CTR. XX – Controle de ativo imobilizado	
Análise Crítica: Paulo Antônio Pereira Data: 01/10/2012 Assinatura: 	Aprovado: Ulisses Melo Data: 15/10/2012 Assinatura:

1 OBJETIVO

Estabelecer procedimentos para controle físico e informatizado dos bens do ativo imobilizado próprio e de terceiros em uso na SERABI GOLD, estabelecimentos MATRIZ e Unidades de apoio.

2 APLICAÇÃO

Aos diversos setores e departamentos.

3 DEFINIÇÕES

- CTR: **Sistema de Controladoria;**
- SI: **Sistema Informatizado (RMCorpore, Internet);**
- UFIR: **Unidade monetária para controle de ativos imobilizados, utilizada para definição do valor mínimo para aquisições;**
- RMBONUM: **SI do RM para controle ativo imobilizado;**
- RMNUCLEOS: **SI do RM para processamentos entradas e saídas de mercadorias e controle de estoques;**
- RMSALDUS: **SI do RM para processamento da contabilidade gerencial;**
- DEPRECIÇÃO/AMORTIZAÇÃO: **Cota de desgaste por utilização do bem;**
- CÓDIGO DO PATRIMÔNIO: **Código identificação física do bem;**
- VALOR DEPRECIÁVEL: **Valor do Bem líquido do valor apurado para venda ao final do uso;**
- IMPAIRMENT: **Teste de Recuperabilidade;**

4 Descrição**4.1 – ATIVO IMOBILIZADO:**

Classificam-se como ativos imobilizados as aquisições de bens tangíveis que por características tenham sua utilização destinada à operação permanente nas rotinas da SERABI GOLD, que tenham sua composição física durável, associado ao julgamento individual ou em conjunto se a aquisição proporcionará benefícios futuros à entidade, e possam ser controlados com segurança.

4.2 ENTRADAS DOS BENS DO ATIVO IMOBILIZADO PRÓPRIOS E DE TERCEIROS

Após recebimento dos bens adquiridos, doados, bonificados, locados, tomados por empréstimos ou em regime de comodato, cabe aos departamentos requisitantes ou beneficiados:

- Conferir a compatibilidade das características do bem com o processo de entrada e seu respectivo documento fiscal;
- Avaliar e testar a funcionalidade do bem, aprovando o início de sua operação;
- Solicitar cadastro de item no cadastro de produto do **RMBONUM**
- Enviar cópia do documento fiscal, aprovado e se for o caso rateado, para o Departamento Contabilidade/Fiscal para processamento do controle informatizado e físico dos bens.

4.3 CONTROLE FÍSICO E INFORMATIZADO**4.3.1 – Identificação física dos bens****Bens tangíveis próprios:**

Cabe ao Departamento Contabilidade/Fiscal identificar todos os bens tangíveis, no ato do seu ingresso no ambiente interno da **SERABI** para controle físico e informatizado no **RMBONUM**, com afixação de plaquetas de alumínio personalizadas (**anexo 01**) para bens cuja superfície permitir, ou etiquetas auto-adesivas personalizadas (**anexo 02**) para bens cuja superfície, pelo tamanho ou formato, dificultar a permanência da identificação por plaquetas de alumínio. Para identificação do **CÓDIGO DO PATRIMÔNIO**, consideraremos os tipos de bens e controle seqüencial da quantidade adquirida, classificados da seguinte forma:

TIPO DE BENS	IDENTIFICAÇÃO PERSONALIZADA	
	PLAQUETAS DE ALUMÍNIO	ETIQUETAS AUTO-

		ADESIVAS
Equipamento de Minas	1-0000x	ME-0000x
Equipamentos de transportes	2-0000x	MP-0000x
Equipamentos de Britagem	3-0000x	MU-0000x
Equipamentos de processamento	4-0000x	VE-0000x
Equipamentos de Informática	5-0000x	EI-0000x
Móveis, Utensílio e Instalações	6-0000x	IN-0000x

Bens Não identificáveis

TIPO DE BENS	IDENTIFICAÇÃO PERSONALIZADA
	IDENTIFICAÇÃO NO SISTEMA
Infraestrutura (Rampa, acessos Mina)	11-0000x
Barragens de Rejeitos	12-0000x

Bens tangíveis de terceiros:

Cabe ao Departamento Contabilidade/Fiscal identificar todos os bens tangíveis de terceiros no ato do seu ingresso no ambiente interno da **SERABI GOLD** para controle físico e informatizado no **RMBONUM**, com etiquetas auto-adesivas personalizadas (**anexo 03**).

Para identificação do **CÓDIGO DO BEM DE TERCEIROS**, consideraremos os tipos de bens e controle seqüencial da quantidade recebida, classificados da seguinte forma:

TIPO DE BENS	IDENTIFICAÇÃO PERSONALIZADA ETIQUETAS AUTO-ADESIVAS
Bens Locados	LOC-0000x
Bens Emprestados	EMP-0000x
Bens em Comodato	COM-0000x

4.3.2 – Transferências de Bens entre Centro de Custos e Unidades de Negócios

Cabe aos líderes de departamentos (centro de custos) e responsáveis pelas unidades de negócios (filiais) combinarem e formalizarem entre si as transferências físicas dos bens, considerando os seguintes critérios:

- Para transferências entre departamentos da mesma unidade de negócios, utilizar formulário próprio para a operação **Formulário de Movimentação de Bens do Ativo-TRANSFERÊNCIAS (anexo 4)**;
- Para transferências entre unidades de negócios, além de utilizar o formulário próprio para a operação **Formulário de Movimentação de Bens do Ativo-TRANSFERÊNCIAS**, solicitar também emissão de Nota Fiscal de transferência ao Depto. Logística,
- Enviar o **Formulário de Movimentação de Bens do Ativo-TRANSFERÊNCIAS** e Nota Fiscal de transferência (se for o caso), devidamente preenchidos e aprovados para o Departamento Contabilidade/Fiscal para atualização do controle informatizado no **RMBONUM**;

4.3.3 – Saídas de Bens próprios por empréstimos a terceiros

Cabe aos líderes de departamentos (centro de custos) e responsáveis pelo bem, controlar as saídas e retornos dos empréstimos para terceiros, seguindo os seguintes procedimentos:

- Preencher devidamente **Formulário de Movimentação de Bens do Ativo-TRANSFERÊNCIAS (anexo 4)**;
- Solicitar emissão de Nota Fiscal de saídas de transferência de Bens do Ativo Imobilizado, ao Depto. Logística;
- Enviar uma via impressa do **Formulário de Movimentação de Bens do Ativo-TRANSFERÊNCIAS** ao Depto. Contabilidade/Fiscal, retendo uma via para controle da devolução do bem;
- Receber e encaminhar notas fiscais de devolução do bem, juntamente com a via retida do formulário de remessa (**anexo 4**) ao Depto. Contabilidade/Fiscal para atualização no controle informatizado **RMBONUM**.

4.3.4 – Devolução de Bens recebidos por empréstimos de terceiros

Cabe aos líderes de departamentos (centro de custos) e responsáveis pelo bem, controlar as entradas e devoluções dos empréstimos para terceiros, seguindo os seguintes procedimentos:

- Preencher devidamente **Formulário de Movimentação de Bens do Ativo-TRANSFERÊNCIAS (anexo 4)**;
- Solicitar emissão de Nota Fiscal de saídas de devolução de bens locados de terceiros ao Depto. Logística;
- Enviar uma via impressa do **Formulário de Movimentação de Bens do Ativo-TRANSFERÊNCIAS** ao Depto. Contabilidade/Fiscal, juntamente com as notas fiscais de devolução do bem, para atualização no controle informatizado **RMBONUM**.

4.3.5 – Saídas de Bens próprios para Manutenção

Cabe aos líderes de departamentos (centro de custos) ou responsáveis avaliar a necessidade, e controlar as saídas e retornos dos bens próprios para manutenções corretivas ou preventivas, seguindo os procedimentos:

- Preencher devidamente **Formulário de Movimentação de Bens do Ativo-TRANSFERÊNCIAS (anexo 4)**;
- Solicitar emissão de Nota Fiscal de saídas para conserto de Bens do Ativo Imobilizado ao Depto. Logística;
- Enviar uma via impressa do **Formulário de Movimentação de Bens do Ativo-TRANSFERÊNCIAS**, retendo uma via para controle da devolução do bem;
- Verificar no ato do retorno a recuperação da funcionalidade do bem;
- Receber e encaminhar notas fiscais de devolução do bem, juntamente com a via retida do formulário de remessa ao Depto. Contabilidade/Fiscal para atualização no controle informatizado **RMBONUM**.

4.3.6 – Baixa de Bens**4.3.6.1 – Baixas por Vendas ou Doações**

Cabe aos líderes de departamentos (centro de custos) e responsáveis pelas unidades de negócios (filiais) avaliarem a condição de alienação ou doação de bens, por desuso ou necessidade de substituição, observando os seguintes requisitos:

- Descrever parecer da necessidade preenchendo campos específicos do **Formulário de Movimentação de Bens do Ativo-BAIXAS (anexo 5)**;
- Para equipamentos de informática e telecomunicações e software, solicitar também parecer do Depto. T.I. **Formulário de Movimentação de Bens do Ativo-BAIXAS**;
- Solicitar aprovação da Diretoria;

- Solicitar emissão de Nota Fiscal de venda ou de doação de imobilizado, ao Depto. Logística;
- Enviar uma via impressa do **Formulário de Movimentação de Bens do Ativo-BAIXAS**, e respectiva Nota Fiscal de saída do bem alienado ou doado para Depto. Contabilidade/Fiscal para atualização do controle informatizado **RMBONUM**.

4.3.6.2 – Baixas por Obsolescência e Perdas por Extravios

Cabe aos líderes de departamentos (centro de custos) e responsáveis pelas unidades de negócios (filiais) avaliarem a condição de não recuperação dos bens por motivo de obsolescência e extravios, observando os seguintes requisitos:

- Descrever parecer da necessidade preenchendo campos específicos do **Formulário de Movimentação de Bens do Ativo-BAIXAS (anexo 5)**;
- Para equipamentos de informática e telecomunicações e software, solicitar também parecer do Depto. T.I. **Formulário de Movimentação de Bens do Ativo-BAIXAS**;

- Solicitar aprovação da Diretoria;
- Enviar uma via impressa do **Formulário de Movimentação de Bens do Ativo-BAIXAS**, para o Depto. Contabilidade/Fiscal para atualização do controle informatizado **RMBONUM**.

4.3.7 – Controle Informatizado

Cabe ao Departamento Contabilidade/Fiscal efetuar o controle informatizado dos bens adquiridos, doados, bonificados, locados, tomados por empréstimos ou em regime em de comodato, que se processará em aplicativo específico “**RMBONUM**” :

4.3.7.1 – Cadastro de Grupo de Contas Contábeis

O cadastramento de contas contábeis para processamento dos cálculos de depreciação e correção (se for o caso) dos bens no **RMBONUM** opção → **Cadastros/Grupo de Contas Contábeis**, se efetuará da seguinte forma:

- Informar código seqüencial, descrição do grupo de contas, e taxa de depreciação;
- Informar a conta contábil do Bem (Patrimonial);
- Informar a conta contábil de Depreciação acumulada (Patrimonial);
- Informar a conta contábil de Despesa de Depreciação ou Amortização (Resultado);
- Informar a conta contábil de Correção Monetária (Resultado);
- Informar o grupo de Bens (Default).

4.3.7.2 – Cadastro de Motivos de Baixas

O cadastramento de motivos de baixas para processamento dos cálculos das baixas dos bens no **RMBONUM** opção → **Cadastros/Motivos de Baixas**, se efetuará da seguinte forma:

- Informar código seqüencial, e descrição do motivo da baixa;
- Informar a conta contábil de Ganho na baixa de bens (Resultado);
- Informar a conta contábil de Perda na baixa de bens (Resultado);

4.3.7.3 – Cadastro de Localizações

As localizações que identificam centros de custos que abrangem mais de uma área na estrutura física da **SERABI GOLD**, serão cadastradas no **RMBONUM** opção → **Cadastros/Localizações**, da seguinte forma:

- Informar código seqüencial e descrição da localização;
- Informar o tipo de localização (interna ou externa).

4.3.8.4 – Cadastro de bens

O cadastramento de bens adquiridos, doados, bonificados, locados, tomados por empréstimos ou em regime em de comodato no **RMBONUM** opção → **Cadastros/Bens/Completo**, se efetuará da seguinte forma:

a) Pasta Identificação

- Informar código do bem;
- Informar o tipo de bem (bem ou título);
- Informar descrição detalhada do bem;
- Informar filial unidade de negócio;
- Informar fornecedor (tabela CLI/FOR do RMNUCLEOS);
- Informar agregação do bem (funcionamentos em conjunto ou dependentes);
- Informar o tipo, número e data de entrada do documento fiscal de aquisição, doação, bonificação, empréstimo ou comodato do bem;

b) Pasta Contas

- Informar o grupo de contábeis do bem (item 4.4.7.1)

c) Pasta Dados Complementares

- Informar Centro de Custos do Bem;
- Informar responsável do bem (tabela de funcionários RMLABORE);
- Informar Localização do Bem (item 4.4.7.3), se o centro de custo necessitar, se não preencher o campo.

4.3.7.5 – Processamento de transferências físicas dos bens

As movimentações dos bens serão processadas no **RMBONUM** opção → **Movimentações/Assistentes/Transferências físicas de bens**, e se efetuará da seguinte forma:

- Informar bem ou grupo de bens;
- Informar destino do bem ou grupo de bens: Filial, Departamento, Centro de Custos, Localização e Responsável.

4.3.7.6 – Processamento de Ocorrências de baixas dos bens

As movimentações de baixas dos bens serão processadas no **RMBONUM** opção → **Movimentações/Assistentes/OcorrênciasAutomáticas/Baixas**, e se efetuará da seguinte forma:

- Informar bem ou grupo de bens;
- Informar tipo da baixa (parcial ou total);
- Informar data da baixa;
- Marcar ou desmarcar dados gerais da baixa: Contabilizar, baixar agregados e informar valor da venda;
- Informar valor da venda ou de baixa do bem;
- Informar motivo de baixa (item 4.3.7.2);
- Informar conta contábil da baixa do bem;
- Informar dados para contabilização: Documento, histórico padrão, complemento, gerar lançamento de ganho/perda na baixa.

4.3.7.8 – Processamento de Cálculos de Depreciação e Amortização dos bens

Os cálculos de depreciação e amortização por uso ou desgastes dos bens serão processados mensalmente, e saídas por baixas (item 4.3.6), no **RMBONUM** opção → **Utilitários/Integrações/Integrações com RMSALDUS**, e se efetuará

da seguinte forma:

- Selecionar mês a ser processado (contabilizado);
- Indicar número de controle de documentos dos lançamentos contábeis de depreciação e baixa a serem gerados, utilizando a seguinte máscara → caracteres “DEPR” + número do mês a ser processado (exemplo agosto) = “**DEPR08**” ;
- Indicar código do lote contábil que receberão os lançamentos contábeis no **RMSALDUS**, utilizando a seguinte máscara → número do mês a ser processado (exemplo agosto) + número seqüencial da quantidade de processamentos gerados (exemplo Q2 integrações no mês) = “**800002**”;
- Habilitar as “opções”: Bens ativos, Contabilizar Depreciação, Contabilizar por Centro de Custos, Utilizar rateio cadastrado nos bens, e Utilizar o default contábil caso não haja rateio.
- Acionar opção “OK” para executar a migração da contabilização e terminar o processo.

4.3.8 – Inventário físico dos Bens

Cabe ao Depto. Contabilidade/Fiscal efetuar anualmente, exceto quando solicitado (extraordinário), inventário físico dos bens para levantamento das localizações para atualização e emissão de “Listagem de Bens por Centro de Custos” e “Termo de Responsabilidade” (**anexo 06**).

Cabe aos líderes de departamentos (centro de custos) e responsáveis pelas unidades de negócios (filiais), solicitarem inventários físicos extraordinários e listagem atualizados dos bens, nas seguintes situações:

- Mudança de endereço de unidade de negócios com necessidade de transferência dos bens e/ou novas aquisições;
- Mudança da estrutura física do Centro de Custos com necessidade de transferência dos bens e/ou novas aquisições;
- Alteração ou substituição de responsáveis pela guarda dos bens;
- Evidenciação de extravios ou desvios de bens;
- Desativação, cisão ou desmembramentos de unidades de negócios ou centros de custos.

4.3.9 – Guarda e responsabilidades pelos Bens

Cabe aos líderes de departamentos (centro de custos) e responsáveis pelas unidades de negócios (filiais), a guarda dos bens alocados no espaço físico de sua liderança e responsabilidade, observando os seguintes requisitos:

- Assinar “TERMO DE RESPONSABILIDADE DE USO E GUARDA DOS BENS” (**anexo 06**), emitido em conjunto com listagem atualizada dos bens, anualmente ou por ocasião dos inventários extraordinários pelo Depto. Contabilidade/Fiscal;
- Zelar pelo perfeito funcionamento dos bens;
- Comunicar formalmente os possíveis extravios, desvios, desaparecimentos de bens, ao Depto. Contabilidade/Fiscal e Diretorias, para acompanhamento e tomada de decisões na resolução do fato.

5 DOCUMENTOS

Documento 01 – Plaquetas de alumínio personalizadas para identificação de bens próprios



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de controles da empresa